



Assembleia de Freguesia do Areeiro

Ata número 15

Em reunião ordinária da Assembleia de Freguesia do Areeiro, no vigésimo quarto dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um, às vinte horas e três minutos o Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia, Duarte Alcântara, verificando a existência de quórum e a presença do Senhor Presidente de Junta de Freguesia, Fernando Braamcamp, após recordar todos os participantes da videoconferência que esta seria alvo de emissão em direto nas plataformas online Facebook e Youtube da Junta de Freguesia do Areeiro, deu início à ordem de trabalhos.

Ordem de Trabalhos

Ponto um – Discussão e votação do Relatório de Gestão e Conta de Gerência 2020; -----

Ponto dois – Discussão e votação da 1.ª Revisão Orçamental 2021; -----

Ponto três – Autorização de ratificação do Protocolo de Componente de Apoio à Família - Ano Letivo 2020/2021 com o Agrupamento de Escolas D. Filipa de Lencastre e a respetiva Associação de Pais;-----

Ponto quatro – Discussão e votação da abertura de Concurso Público para Concessão de Exploração de Quiosque, destinado a Estabelecimento de Bebidas com Área de Esplanada, e Campo de Padel, localizados na Praça Bernardo Santareno; -----

Ponto cinco – Apreciação da informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia do Areeiro sobre a atividade da Junta de Freguesia; -----

Ponto seis – Eleição por voto secreto em urna fechada da(o) Vogal do Executivo da Junta de Freguesia, a ocorrer no dia seguinte, 25 de junho de 2021, entre as 10h00 e as 17h00, na Sede da Junta de Freguesia do Areeiro sita no número 9 da Rua João Villaret. -----

Confirmaram presença e participaram os seguintes membros: -----



Assembleia de Freguesia do Areeiro

Do **Partido Social Democrata (PSD)**: João José Lagueiras Martins, Pedro Miguel Naves Folgado, João Filipe Viegas Gomes da Silva e Maria Isabel Lopes Fraga Lames de Castro e Simas. -----

Do **Partido Socialista (PS)**: Maria Ofélia Passarinhas Janeiro, Filipe Guedes Ramos, Duarte Carlos Aníbal Coelho Alcântara e Patrícia Carla Serrando Gonçalves -----

Do **Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS)**: Maria Luísa de Aguiar Aldim, Júlio Reis Silva e Jorge Manuel Loução de Oliveira. -----

Do **Partido Comunista Português (PCP)**: João Duarte de Carvalho Rei Manso Pinheiro. -----

Independente: Luís Alberto Salgado Martins Moreira. -----

Faltaram à reunião os seguintes membros: -----

Do **CDS**, Margarida Isabel Paulino Bentes Penedo, tendo sido substituída por Jorge Manuel Loução de Oliveira, -----
O pedido de substituição foi entregue ao Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia.

O Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia do Areeiro, Duarte Alcântara, deu início à reunião às vinte horas, após verificado a existência de quórum constitutivo e deliberativo.-----

-----PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

----- A mesa recebeu cinco inscrições de intervenção do público, atribuindo um tempo máximo de cinco minutos a cada freguês nos termos regulamentares. -----

O freguês André Garrido de Figueiredo, tendo sido o primeiro inscrever-se, não estava, todavia, presente, passando-se a palavra ao freguês que se inscreveu em segundo lugar, e realizando-se novamente mais tarde uma tentativa para este freguês poder eventualmente usar da palavra. -----

A freguesa Sara Pardal questionou o executivo quais os planos da Junta de Freguesia para o campo de jogos, para o quiosque e para o campo de padel na Praça Bernardo Santareno. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia, Fernando Braamcamp, respondeu à freguesa dizendo que o campo de padel estava situado num antigo ringue,



Assembleia de Freguesia do Areiro

onde qualquer pessoa podia usufruir sem existir qualquer controlo de horário. Sendo uma zona desprovida de qualquer tipo de comércio, a Junta de Freguesia optou por juntar um quiosque, e essa concessão é que fará a gestão do campo de jogos, caso a proposta fosse aprovada pela Assembleia de Freguesia do Areiro. Neste campo de jogos existirá uma tabela de basquete e aparelhos de fitness. -----

A freguesa Sara Pardal questionou ainda se a utilização seria prioritária para moradores. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia respondeu que a verba de participação para a ocupação do campo é de 4 € por hora, preço inferior aos restantes campos já existentes em outras freguesias. -----

A freguesa Patrícia Santos começou por afirmar que nas eleições presidenciais de janeiro de 2021 esteve como presidente de uma mesa de voto e verificou falta de planeamento e de gestão na entrada de eleitores na Escola Filipa de Lencastre. Segundo as restrições da pandemia impunham um número limite de pessoas dentro da escola, referindo que o Senhor Presidente, ao longo do dia, tinha sido incapaz de se adaptar às circunstâncias, permitindo longas filas de espera, independentemente do eleitor ou mesas de voto ou da condição etária ou física do eleitor, fazendo com que alguns dos eleitores que estavam na fila desistissem do seu direito de voto ou só o fizessem muito mais tarde. Esperava que nas próximas eleições o Senhor Presidente alterasse e melhorasse esta situação. -----

Mencionou que a situação gerada no país pela pandemia mostrou fragilidade nas instituições, bem como de muitas pessoas. As soluções encontradas de forma a colocar as populações mais frágeis em locais mais protegidos mobilizaram as autarquias para dar a resposta a esta calamidade. Sabia que foram encontradas algumas soluções como a do Pavilhão do Casal Vistoso, havendo muitos relatos nas redes sociais, onde se incluíam fotos, do que se passava no Casal Vistoso, situação que se foi degradando ao longo dos tempos, fazendo com que nem os residentes pudessem usufruir do Pavilhão para a prática do desporto. Lamentou que a Junta de Freguesia, num sinal de irresponsabilidade, lançasse uma petição para responsabilizar unicamente a Câmara Municipal de Lisboa. Referiu que a Junta de Freguesia deveria ter feito uma limpeza periódica em redor do pavilhão, ter providenciado mais vigilância, bem como à carrinha de apoio aos toxicod dependentes e que a petição lançada pelo executivo da Junta de Freguesia demonstrou que quando se quer tirar proveitos políticos que valia tudo, incluindo gastar



Assembleia de Freguesia do Areeiro

dinheiro do erário público. Disse que o Senhor Presidente não poderia ter ficado do lado do problema, mas ser parte da solução e que deveria encontrar as soluções com a Câmara e outras entidades, pois os sem abrigo faziam parte da população da Freguesia. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia pediu a palavra para responder dizendo que a freguesia focava o problema da pandemia, mas acusava a Junta de ser parte do problema e não da solução. Acrescentou que a Junta nunca foi considerada pela Câmara ou pelo Senhor Vereador Manuel Grilo que tem o pelouro, para a ocupação do Pavilhão, não podendo a freguesia acusar a Junta de algo que esta não tinha conhecimento. Acrescentou que a Junta sempre cumpriu a limpeza que lhe competia e que tinha uma brigada especializada para apanhar as seringas espalhadas. Tanto a vigilância como a carrinha de apoio aos toxicodependentes não eram da competência da junta de freguesia e que tinha solicitado que a carrinha estivesse afastada do pavilhão. Acrescentou que a Junta de Freguesia sempre se debateu pela segurança e pela salubridade da zona em que vivem, nunca tendo dito que os sem-abrigo tinham de sair, estando a freguesia a acusar o Executivo da Junta de Freguesia de algo que não era correto. Referiu que a petição existiu por necessidade de avisar, chamando à atenção dos media e da Câmara Municipal de Lisboa do que se estaria a passar, onde já tinham sido encaminhados muitos e-mails para o vereador, sem qualquer resposta. -----

A freguesia Patrícia Santos prosseguiu a sua intervenção dizendo que quanto à acessibilidade do edificado mencionou que havia desigualdade na maneira como eram tratados os passeios, existindo ruas com os passeios extremamente irregulares. A dificuldade do acesso de pessoas com mobilidade reduzida aos edifícios nomeadamente no Posto Clínico na Avenida Óscar Monteiro Torres Existindo um degrau com cerca de 10 cm entre o passeio e a entrada, assunto já referido noutras Assembleias desta Freguesia.

Lamentou que as obras de pavimentação da Avenida Guerra Junqueiro não tenham incluído alterações nas entradas para os estabelecimentos comerciais, considerando que faltava muito para ser “Bom viver no Areeiro” e isso só acontecerá quando a Freguesia for inclusiva. Também lamentou executivo da Junta de Freguesia não acolher as sugestões dos fregueses em várias Assembleias de Freguesia desde 2018, como nas suas obrigações no âmbito da Proteção Civil, nomeadamente ao Plano Local de Emergência, sendo esta uma obrigação da Junta desde o primeiro mandato e que tinha tido início em 2013. -----



Assembleia de Freguesia do Areiro

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia respondeu à freguesia que no que respeita ao degrau na entrada do Posto Clínico, era colocada uma rampa amovível para a entrada de pessoas com mobilidade reduzida, sendo esta a melhor solução encontrada devido ao distanciamento do passeio e altura de cota. -----

Quanto ao Plano Local de Emergência, atribuiu a razão à freguesia, mas que pretendia que estivesse em uso até ao final do mandato. -----

No que respeita às eleições presidenciais tinha sido possível resolver o problema das longas filas nos Serviços Sociais, mas na Escola Filipa de Lencastre não por não haver sequer uma cadeira para separar filas. No entanto, nas próximas eleições, que serão as eleições autárquicas, essa organização já está prevista, havendo filas separadas, placard a numerar as mesas e as secções de voto e uma ajuda da PSP para não haver carros estacionados na zona, pois existem onze filas que precisam de ser separadas. Acrescentou que estavam a ensaiar diversas situações e a preparar todo o material necessário para as referidas eleições. -----

A Freguesia Rita Maia de Almeida referiu que a sua intervenção estava relacionada com as obras no campo de futebol na Praça São Bernardo Santareno, lamentando que num espaço que era de todos está a ser construído algo só para alguns. Este espaço era utilizado por crianças e famílias, havendo uma intervenção faria todo o sentido que fosse de melhoria de condições desse espaço, que era de todos e para todos. Assim considerou que o ponto quatro da Ordem de Trabalhos, embora podendo ser debatido, não deveria ser deliberado, uma vez considera que o bairro ficaria a ganhar se o projeto do campo de padel previsto pela Junta fosse reconsiderado. Que na sua opinião a intervenção fosse feita para a utilização de todos e não apenas para uma elite. -----

Deixou uma Última nota dizendo que uma obra pública a decorrer de forma “escondida” sem qualquer identificação do projeto e responsáveis pela sua execução denota falta de transparência, sendo o oposto do que se espera exige do poder local democrático. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia esclareceu que no campo de futebol na Praça São Bernardo Santareno não era usufruído por aquela população. Através de um BIP/ZIP se tinha arranjado o miniparque infantil e que tinha tido muitas queixas de moradores dizendo que o campo era usado por pessoas durante o período noturno, havendo muito barulho na zona. Como o espaço é limitado apenas seria possível um campo de padel. Ajuntou que tinham conseguido criar outra zona para atividades de



Assembleia de Freguesia do Areiro

fitness e uma tabela de basquete. Também haverá uma reparação no parque infantil e a colocação de um quiosque, pois havia vários pedidos de moradores para uma zona de café. -----

O freguês Artur Conceição referiu que a questão que tinha para colocar já tinha sido colocada e respondida pelo Senhor Presidente e que não tinha mais nenhuma questão a colocar. -----

O Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia voltou a verificar que o freguês André Garrido de Figueiredo continuava a não estar presente nesta Assembleia de Freguesia, não havendo lugar à sua intervenção, dando por encerrado o período de intervenção e esclarecimento do público. -----

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

O Período antes da ordem do dia teve início às vinte horas e vinte e nove minutos, sendo o seu máximo de uma hora. -----

No que concerne à Acta da Sessão anterior, o Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia, Duarte Alcântara, tendo sido acolhidos todos os pedidos de correção e alteração, nomeadamente das bancadas dos PSD, CDS e do PS, em sede de reunião de Conferência de Líderes, questionou se algum membro tinha alguma dúvida ou comentário a fazer, sendo tido um pedido de palavra da bancada do PS. -----

O membro Filipe Guedes Ramos interveio para sublinhar as palavras do Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia sobre a celeridade de execução da ata e dar os parabéns aos serviços da Junta de Freguesia, pois esta tinha sido feita em tempo de assinalável celeridade, permitindo assim, claramente, uma melhor análise da mesma. ----

Não havendo mais nenhum pedido de intervenção, **o Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia** passou à deliberação do traçado da Ata tendo a mesma sido aprovada por unanimidade dos presentes na sessão anterior. -----

O Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia continuou referindo que, em sede do Período Antes da Ordem do Dia, tinham sido recebidos sete documentos, entre eles dois votos de pesar. -----

Quanto ao **documento número quatro**, Voto de Pesar do PSD e CDS-PP, pelo falecimento da cantora e atriz Mara Abrantes, o Primeiro Secretário João Martins efetuou a sua leitura. -----



Assembleia de Freguesia do Areiro

O Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia colocou este documento à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, realizando-se de seguida um minuto de silêncio. -----

De seguida, quanto **ao documento número cinco**, o Voto de Pesar pelo falecimento da atriz Maria João Abreu, do grupo político do PSD e do CDS-PP, foi o mesmo igualmente lido pelo Primeiro Secretário, João Martins. -----

Após ser colocada a votação, este voto de pesar foi também aprovado por unanimidade, seguindo-se um minuto de silêncio. -----

Os cinquenta minutos que restavam no período antes da ordem do dia, foram distribuídos pelos grupos políticos, ficando cada bancada com dez minutos disponíveis. -

O membro Ofélia Janeiro (PS) começou por intervir sobre as questões colocadas pela freguesa Patrícia Santos e que a bancada do PS tinha colocado dois documentos em Assembleia, ambos aprovados em Assembleias realizadas anteriormente. Um deles foi sobre o *Plano Local de Emergência* e outro *Por uma sociedade sem barreiras e sem exclusões* dedicada à mobilidade de pessoas com mobilidade reduzida, mas que ainda não eram visíveis essas alterações, sendo sobretudo esta última, uma proposta de projeto bastante completa. -----

Quanto à petição sobre o Casal Vistoso, considera que não cabe à Junta de Freguesia fazer petições com o teor envolvido, ainda mais num período de extrema fragilidade das populações. Não defende que a vereação dos assuntos sociais tenha feito um excelente trabalho, devendo o assunto já ter sido resolvido há mais tempo, principalmente pela questão de precariedade em que os sem-abrigo se encontram no Pavilhão do Casal Vistoso. Considera que não cabe ao Executivo da Junta de Freguesia, que era eleito para resolver os problemas dos fregueses, colocar este tipo de petições. Relatou que no grupo “Vizinhos do Areiro” tinha sido colocada uma publicação que identificava alguns sem-abrigo pelo tipo de características e que, com as zonas referidas, poderiam ser identificados, considera que não houve intenção numa situação mais grave, mas que as situações aconteciam e que nem sempre se consegue controlar tudo e ainda que, antes de se tomar algumas ações, de se deve ter em conta o que está em causa, sendo a segurança de toda a população, incluindo os sem-abrigo. -----

O membro Luís Moreira (Independente) começou por dar uma nota aos serviços técnicos da Junta, em que no e-mail de dia dezoito tinha sido dito que seguia por e-mail a documentação para a sessão e por carta, mas que não tinha recebido pela última via. ----



Assembleia de Freguesia do Areiro

Após contactar os grupos políticos responsáveis pelo documento número três, sobre o Pavilhão do Casal Vistoso, pretendia associar-se a este documento, pois também gostaria que houvesse uma sessão extraordinária para debater este tema, não tendo todavia havido condições para a sua realização. Acrescentou que gostaria que a Assembleia de Freguesia criasse uma Comissão Eventual para ajudar o Executivo a pressionar a CML, no entanto, com as eleições autárquicas tão próximas já não seria possível prosseguir com esta intenção. -----

O membro Pedro Folgado (PSD) começou por saudar o bom trabalho da Comissão Permanente do Portugal Novo, uma vez que a mesma tinha sido muito insistente em trazer este tema à liça e de fazer avançar uma solução para a questão, mas que, mesmo não se tendo chegado a uma solução, tinham desempenhado um trabalho muito meritório e de confluência de todos os grupos políticos. -----

Quanto ao Plano Local de Emergência, também sublinhou a extrema importância do documento e que, confiando na palavra do Senhor Presidente, este ainda estaria pronto antes do término deste mandato. -----

No que respeita à mobilidade, referiu que a Junta de Freguesia muito tem feito pela mobilidade dos cidadãos, muitas vezes indo além das suas competências e que se o Executivo Municipal tivesse o mesmo tipo de empenho, talvez a cidade e a zona do Areiro estivessem em melhores condições de mobilidade do que está atualmente. -----

Quanto ao tema do Pavilhão do Casal Vistoso, mencionou que tinham apresentado uma moção. Acrescentou que não iria mencionar quem tinha feito a identificação dos sem-abrigo nas redes sociais, mas seria curioso verificar-se quem o tinha realizado. -----

Considera ser chocante a falta de uma resposta digna por parte da CML às necessidades destas pessoas, sem o evidente apoio que terá de ser dado a estas pessoas. No entanto estava a arrastar-se uma situação provisória há demasiado tempo, situação que não dava garantias de dignidade e de condições aos sem-abrigo. Acrescentou que se continuava a assistir a situações menos próprias na zona, constatando não existir condições no Pavilhão do Casal Vistoso para acolher aquela população; salientou a falta de resposta da CML e que se continuavam a receber queixas dos cidadãos demonstrando sentirem-se afetados, sendo a CML responsável em responder às necessidades da população dos sem-abrigo. -----

Quanto à questão da petição referiu que se a Junta de Freguesia não ouvisse os anseios dos fregueses e dos seus moradores e lhes desse algum tipo de eco, então esta



Assembleia de Freguesia do Areeiro

não estaria a fazer bem o seu papel, acreditando que a Junta de Freguesia antes de avançar com a petição ter tentado diversas vezes contactar os responsáveis da CML e os Serviços Municipais para se encontrar uma solução adequada. -----

O membro Jorge Oliveira (CDS) começou por afirmar que um dos documentos que a sua bancada apresentava era sobre mobilidade, nomeadamente sobre uma passadeira em frente ao Café *Vita Roma*, que apresenta o piso muito escorregadio, tendo já existido várias quedas. -----

Quanto à moção sobre o Pavilhão do Casal Vistoso referiu que não estava contra a utilização do pavilhão para ajuda pessoas em situação de sem-abrigo, mas que estavam a acolhê-los há mais de um ano, estando este perto de uma zona de tráfico de estupefacientes, a população que inicialmente era de sem-abrigo, está a criar problemas gravíssimos de consumos de estupefacientes nas imediações. Referiu que tem visto as equipas da higiene urbana a fazer limpezas no local, mas que o local volta ao mesmo pouco tempo depois e que o facto de haver uma necessidade de colocar uma carrinha de consumo assistido era a prova que o local não era adequado para esta situação. Ajuntou que a situação não era digna nem para os moradores nem para os sem-abrigo. -----

O membro João Pinheiro (PCP) começou por referir um documento apresentado pela sua bancada, um Voto de Saudação ao 25 de abril e ao 1.º de maio, estando o voto de saudação já ultrapassado devido ao facto da Assembleia não ter decorrido em tempo habitual. No entanto considera indispensável a saudação desta Assembleia ao 25 de abril e o dia dos trabalhadores. -----

Apresenta uma recomendação sobre mobilidade reduzida, na sequência de uma moção sobre o mesmo tema apresentada em 2018 e que aparentava ainda não ter havido esforços para resolver as questões apresentadas, como é o caso dos semáforos. -----

Quanto à moção sobre o Casal Vistoso, considera importante lembrar que quando, em 2018, o balcão dos CTT foi encerrado nas Olaias, o PCP tinha instado a Junta de Freguesia a fazer uma petição para exigir à Administração dos CTT que realizasse um esforço para manter aquela Estação que servia milhares de pessoas no Beato, Chelas e Areeiro, e que na altura o Executivo da Junta de Freguesia respondeu que tinha chegado ao limite das suas competências e que não tinha poderes para mais, tal como não houve necessidade de pedir assinaturas porta a porta devido às obras do metro do Areeiro, havendo dificuldade para pessoas com mobilidade reduzida, entre outros exemplos. Assim o PCP irá apresentar uma declaração de voto por escrito para ficar em ata, a qual



Assembleia de Freguesia do Areeiro

foi lida de seguida, após autorização do Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia do Areeiro. Acrescentou que o Pavilhão do Casal Vistoso tinha capacidades únicas na cidade de Lisboa e que viver num pavilhão durante um ano não era uma condição digna, como também não o era deixar pessoas viverem na rua. -----

O membro Filipe Guedes Ramos (PS) pediu a palavra para intervir sobre o documento número sete, do PCP, sobre a saudação do 25 de Abril e do 1.º de maio, dizendo que também o Partido Socialista saudava o 25 de Abril e o 1.º de maio, mas não as considerações que o PCP teimava em realizar sobre as políticas do Governo do Partido Socialista, nomeadamente no último parágrafo da primeira página, mostrando desconhecimento das medidas aprovadas pelo referido executivo do Partido Socialista, situação que nunca tinha acontecido a nenhum outro partido, dando alguns exemplos dos valores apresentados no Orçamento de Estado, como os apoios à Covid-19. Aproveitou para congratular o PCP por mencionar, desta vez, a UGT - União Geral dos Trabalhadores no ponto três, a quem também deveria ser remetida a saudação. -----

Quanto ao documento número três e tal como já tinha sido referido pelo membro Ofélia Janeiro e pelo membro Pedro Folgado tinham existido atitudes muito lamentáveis num grupo de Facebook, identificando alguns dos sem-abrigo. -----

Considerou também que a moção era “mais do mesmo” e que a Junta de Freguesia tinha optado, em muito momentos por se abster de falar ou não ir além das suas competências, mas que neste assunto tinha optado por andar de porta em porta a recolher assinaturas, considerado errado o sinal político que dá neste assunto em concreto. -----

O membro Ofélia Janeiro (PS) referiu que, em resposta ao membro Pedro Folgado, existiam linhas que não se poderiam ultrapassar, ainda que pareça legítimo e que o que se deveria ter feito foi o que se fez: uma moção e levá-la à CML. No entanto acrescentou que cabia aos eleitos a manutenção da paz social e que no seu entender a petição não o fazia. -----

Quanto ao tema da publicação online alusiva aos sem-abrigo no Areeiro, já abordada por praticamente todos os grupos políticos, aferiu, ainda, que não era surpresa quem tinha realizado a identificação, salientando contudo que esta era uma posição maioritária da sua bancada. -----

No que diz respeito à Comissão do Portugal Novo, salientou que os membros da Comissão tinham ficado muito satisfeitos com o Despacho do Conselho de Ministros, principalmente com o convite feito para uma eventual participação na Comissão de



Assembleia de Freguesia do Areiro

Recenseamento do Portugal Novo, estando à espera de novos desenvolvimentos sobre o assunto e que apresentarão um relatório numa próxima Assembleia que venha a visar o trabalho das Comissões. Aproveitou para lembrar que ao fim de um ano da existência desta Comissão, tinha havido uma tentativa de a extinguir, mas que ainda bem que não se conseguiu realizar esse intento, pois conseguiram-se efetivamente bons resultados. --

O membro Pedro Folgado (PSD) pegou na frase de Ofélia Janeiro dizendo que haviam linhas que não poderiam ser cruzadas e que identificar sem-abrigos nas redes sociais era uma delas e que haviam e deveriam ser retiradas consequências deste facto, tal como tinha dito o membro Filipe Guedes Ramos, mas que não se poderia associar este fenómeno à iniciativa da petição realizada por esta Junta. -----

Quanto referência efetuada pelo PCP sobre uma recomendação da segurança, recordou que o voto contra essa moção, tal como se poderia aferir nas atas, tinha assentado em argumentos factuais: primeiro porque os dados da recomendação ou moção estariam errados, tendo o PCP sido alertado antecipadamente numa Conferência de Líderes, onde todos os representantes de todas as forças políticas desta Assembleia se manifestaram disponíveis para melhorar esse documento e conseguir aprovação por unanimidade na Assembleia e que o eleito do PCP, nessa Conferência de Líderes que, em princípio, não haveria qualquer problema, mas que na Assembleia de Freguesia respetiva tinha “dado o dito pelo não dito” e tinha trazido o documento mantendo informações factualmente erradas. Quanto às questões de segurança sublinhou que a Junta de Freguesia tinha cedido uma viatura à PSP e que já tinha feito obras na esquadra da PSP, lembrando que na questão dos CTT, a Junta de Freguesia se tinha associado a uma manifestação e vários contactos com a Administração dos CTT, postura bem diferente da que tem sido desempenhada pela CML. Aproveitou para dar uma última nota dizendo que tinha sido dada uma recomendação na Assembleia Municipal sobre a questão do Casal Vistoso e que a mesma tinha sido chumbada, deixando no ar sobre quem teria votado contra. -----

Terminou a sua intervenção felicitando o Clube de Râguebi do Técnico pela vitória no Campeonato de Honra. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia pediu a palavra para retificar que a carrinha dada à PSP tinha sido dada por uma iniciativa da Assembleia de Freguesia. -----

O membro Maria Luísa Aldim (CDS) referiu que crê que alguns dos membros da Assembleia de Freguesia não conheciam a realidade do Pavilhão do Casal Vistoso, pois



Assembleia de Freguesia do Areeiro

considerar que o problema do Casal Vistoso era “apenas” um problema dos sem-abrigo, era não perceber o que ali se passava. Que a CML tinha criado uma solução de forma imediata para agregar as pessoas naquele local, mas a questão prendia-se por uma noção temporal, tendo a CML dito que iriam encontrar uma solução, mas que nada se vislumbrava. Acrescentou que tinha visitado o Pavilhão e que tinha verificado que existiam problemas misturados como pessoas em situação de sem-abrigo, mulheres vítimas de violência doméstica, pessoas com problemas de consumos de droga, pessoas com diversos problemas de saúde mental, estando todas estas pessoas misturadas e sem qualquer cuidado, não sendo a Junta de Freguesia do Areeiro, sozinha, que tem competências que resolver as diversas situações, sendo claramente competência da CML, com responsabilidade do Senhor Vereador Manuel Grilo e do Senhor presidente da CML, Fernando Medina. -----

O membro João Pinheiro (PCP) nomeou algumas coisas que se poderiam ter feito no orçamento para melhorar a vida das populações como a eliminação da penalização das pensões por desemprego de longa data e pensão de velhice, a diminuição do IVA da eletricidade, do gás natural e de botija para 6%, a rejeição de passar aos quadros os trabalhadores de investigação científica, estando a moção e saudação ao 25 de abril certa no que diz ser a disponibilidade deste Governo para fazer a diferença na vida das pessoas e o que tinha feito tinha sido obrigado pelas necessidades. -----

Em resposta ao membro Pedro Folgado, lembrou que a Conferência de Líderes não era vinculativa, e que a discussão era feita com o seu partido, sendo que a posição que apresenta publicamente era a do seu partido. -----

Concluiu dizendo que esperava que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia e o Senhor Presidente da Assembleia não voltassem a pensar que o exercício da política se limitava a dar cumprimento burocrático do que eram as suas competências, mas que fizesse, agora, a representação pública dos cidadãos e fregueses do Areeiro e que em questões menos importantes como o Metropolitano das Olaias, não se esquecesse que existia outra forma de fazer política e que a exerça. -----

O membro Pedro Folgado pediu a palavra para sublinhar que tinha ficado provado a saciedade do velho ditado: “Se pensas por ti, pensas mal. Quem pensa por ti é o Comité Central”. -----

O membro Filipe Guedes Ramos solicitou direito de resposta para afirmar que o membro João Pinheiro tinha referido a eletricidade, salientando com objetividade que o



Assembleia de Freguesia do Areiro

Governo tinha criado e estabelecido um regime de apoio extraordinário ao preço da energia energética que beneficia atualmente cerca de oitocentas mil famílias, com o nome Tarifa Social da Energia, e que assim sendo, não lhe parece de todo ser despicienda. ----

O Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia, antes de passar à votação dos elementos à discussão e votação neste período, sublinhou o que o membro Luís Moreira aludira sobre a chegada da sua documentação relativa a esta Reunião. Referiu que os serviços da Junta de Freguesia tinham feito chegar até si o comprovativo do Aviso de Receção e, como era possível verificar na nota da correspondência, este mencionava que às dez horas e cinco minutos do dia sete de junho o destinatário não tinha atendido e que a partir dessa data tinha sido avisado o posto da loja dos CTT da Alameda Dom Afonso Henriques de Lisboa, sendo que a partir daí estaria disponível para levantamento.

O membro Luís Moreira (Independente) mencionou que quando isso acontece costuma ser deixado um aviso na caixa de correio, coisa que não tinha acontecido, e como há mais de um ano estava em teletrabalho estando sempre em casa, não poderia ser verdade não ter atendido. -----

O Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia referiu que iria pedir aos serviços que fizessem chegar esses comprovativos ao membro Luís Moreira, para caso quisesse poder demandar junto dos CTT. -----

Passou-se à votação do **documento um**, Recomendação por um parque canino no Jardim Tristão da Silva, tendo o seu teor recebido pequenas alterações durante o presente dia e enviado por e-mail, estando disponível no site da Junta de Freguesia. Foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

O documento dois, Recomendação do CDS-PP, sobre o Acesso perigoso a passadeira, foi aprovada identicamente por unanimidade. -----

O documento três que consistia numa recomendação conjunta do PSD, CDS-PP e do membro Independente, a qual passou a ser uma moção, com o título: Instituir o complexo desportivo municipal do Casal Vistoso à cidade de Lisboa, recebeu 2 votos contra do PS e um do PCP, uma abstenção do PS e os restantes votos a favor, tendo o documento sido aprovado por maioria. -----

O documento seis, uma Recomendação do PCP, Melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada, tendo o documento sido aprovado por unanimidade. -----



Assembleia de Freguesia do Areeiro

O **documento sete**, aniversário do 25 de abril de 1974 e 1.º de maio, Dia Internacional dos Trabalhadores, tendo sido aprovado por maioria, com a abstenção do CDS. -----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

Ponto um

Discussão e votação do Relatório de Gestão e Conta de Gerência 2020

O Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia deu início a este período com o **ponto um**, Discussão e votação do Relatório de Gestão e Conta de Gerência 2020 tendo dado a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia para a sua explanação. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia começou por dizer que a recomendação sobre o parque canino no Jardim Tristão da Silva e que tinha sido aprovado, que só metade desse jardim é que pertencia à Junta de Freguesia do Areeiro e que a outra metade pertencia à Freguesia do Beato, parecendo-lhe complicado fazer esse parque canino. Acrescentou que o jardim não tinha dimensões suficientes, a não ser na zona que pertencia ao Beato e que a manutenção do espaço é feita pela Junta do Areeiro, tal como tinha ficado acordado com o Presidente da Freguesia do Beato na altura, Hugo Xambre, mas que para fazer o parque canino, esta recomendação teria de, também, ser colocada ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Beato e que depois transmitiria a esta Assembleia. -----

Quanto ao Relatório de Gestão e Conta de Gerência 2020, referiu que este tinha sido um ano extremamente complexo, pela situação pandémica, dos confinamentos e que a atividade normal da Junta de Freguesia também tinha sido lesada e que o este relatório vinha provar o esforço que tinha ido feito, conseguindo fazer as adaptações necessárias, também com a ajuda do fundo maneio. Acrescentou que a taxa de execução do que estava previsto para o ano de 2020 não tinha sido toda efetuada dadas as restrições da DGS, aproveitando para saudar o Senhor Tesoureiro, Ameetkumar Shubashandra, que tinha feito um esforço que permitiu chegar ao final do ano, tanto na despesas como nas receitas, a qual tinha sido bastante penalizadora para a Junta de Freguesia, para que tudo corresse bem, com um esforço acrescido com a mudança do sistema contabilístico das Autarquias, passando para o SNC-AP (Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas). -----



Assembleia de Freguesia do Areiro

O Senhor Tesoureiro Ameetkumar Shubashandra agradeceu as palavras do Senhor Presidente, mas acrescentou que o esforço não tinha sido apenas seu e deu como exemplo que à data desta Assembleia ainda estavam a receber ofícios e instruções sobre o sistema SNC-AP, sendo esse o motivo das contas só terem sido entregues no mês de junho. Ajuntou que o esforço tinha sido também dos colaboradores da Junta de Freguesia na área de Contabilidade e Tesouraria e da empresa que assessoria a Junta de Freguesia, do Técnico Oficial de Contas e do Revisor Oficial de Contas. -----

O membro João Pinheiro (PCP) questionou porque a Junta ainda não tinha procedido à inventariação integral como estava escrito num dos relatórios de gestão e que já tinha sido referido esta falta de inventariação noutros anos, questionando a existência de um relatório que apresentava, ainda, com algumas reservas. -----

O Senhor Tesoureiro Ameetkumar Shubashandra respondeu ao membro do PCP dizendo que já tinha sido feito um grande esforço, mas que para o ROC não era o suficiente" em vez de, nomeadamente com o ROC da CML a referir algumas zonas cinzentas dizendo que um determinado espaço estava inventariado na CML, ou caso não esteja se poderia ser inventariado na Junta de Freguesia, sendo preciso um documento oficial da CML e que até à data não tinha sido possível obter esse documento. -----

Não havendo mais pedidos de esclarecimentos, **o Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia, Duarte Alcântara**, passou à votação do Relatório de Gestão e Conta de Gerência 2020, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com uma abstenção do PCP. -----

Ponto dois

Discussão e votação da 1.ª Revisão Orçamental 2021.

O membro João Pinheiro (PCP) começou por questionar a informação da página oito, mais concretamente no saldo de gerência de 2020, existia alguma fundamentação para o valor que sobra e que passa de 2020 ser elevado, perfazendo quase um milhão de euros. -----

O Senhor Tesoureiro Ameetkumar Shubashandra explicou que em 2019, a Junta de Freguesia tinha recebido de um protocolo com a CML cerca de seiscentos mil euros, para diversas empreitadas, no entanto em 2020 tinha havido um atraso devido à pandemia, gastando-se cento e setenta mil euros desse valor, havendo quase



Assembleia de Freguesia do Areeiro

quatrocentos e trinta e um mil euros desse protocolo que irão ser gastos em 2021, pois foi prolongado até 2022, entre os quais a Creche, o campo de padel na Praça Bernardo Santareno e o Parque Infantil da Alameda. Ajuntou que havia uma “folga orçamental” de quatrocentos e oitenta mil euros, sendo menos de vinte por cento do orçamento. -----

O membro João Pinheiro (PCP) continuou questionando a informação da página trinta e cinco, era indicado um reforço de cento e vinte mil euros para a aquisição de bens de capital, referindo-se que oitenta mil euros seriam para a requalificação do parque desportivo Sarmento Beires, dos restantes quarenta mil previstos para instalações desportivas e recreativas, questionado quais os espaços desportivos. -----

Na página trinta e sete, a informação da higiene urbana e despesas com o Pessoal, perguntou a que se devia o reforço orçamental e se seria referente ao subsídio de insalubridade pago aos trabalhadores e se assim fosse, se teria sido pago com retroativos a partir de janeiro e não a partir de março como se estava a fazer noutras zonas da cidade.

Na página trinta e oito, Manutenção das zonas verdes do espaço público, indagou a razão dos cento e vinte e cinco mil euros em consumo de água na Freguesia do Areeiro.

Na página trinta e nove, Obras em espaços públicos, questionou como se justificava o valor final da obra do parque infantil da Alameda de cento e sessenta e um mil euros, quais as reparações que justificavam um valor tão elevado. -----

Na página cinquenta, Alterações ao plano plurianual de ações, qual o motiva da quase duplicação do valor do apoio. -----

Na página cinquenta e dois, Relação orçamento PEPA revisão, qual seria a razão para uma diferença tão acentuada entre os montantes do Agrupamento de Escolas D. Filipa de Lencastre e da Escola Luís de Camões, estando esta última numa situação difícil do seu edificado. -----

O Senhor Tesoureiro Ameetkumar Shubashandra começou por referir que estavam a fazer um esforço de instalar um campo de jogos na zona do Portugal Novo, no que respeita às instalações desportivas e recreativas. -----

No que respeita ao que tinha sido gasto em água, havia um orçamento inicial seria de sessenta e poucos mil euros e que nesse período os gastos tinham aumentado bastante nos espaços verdes. Nos anos anteriores a média seria entre cento e cinquenta e cento e sessenta mil euros com gastos de água dos espaços verdes na Freguesia do Areeiro, dependendo, também, das condições climatéricas. -----



Assembleia de Freguesia do Areiro

No que concerne o reforço do Pessoal da higiene urbana, referiu que tinha sido concluída na semana anterior a esta Assembleia, para a entrada na higiene urbana de doze pessoas, muitos que já trabalhavam a recibos verdes e que tinham passado para funcionários da Junta de Freguesia, precisando de haver um reforço dos salários. Quanto às horas extraordinárias e em subsídios de insalubridade verificou-se que no orçamento inicial era insuficiente e daí precisarem de um reforço anualmente. -----

Após questionado pelo Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia, o **membro João Pinheiro (PCP)** referiu que não tinha ficado esclarecido quanto ao financiamento com as despesas do Pessoal, acrescentando que, além dos funcionários que a Junta estaria a pagar subsídio e insalubridade. -----

O Senhor Tesoureiro Ameetkumar Shubashandra continuou dizendo que com o Orçamento de Estado de 2020, tinha sido regulamentado o subsídio e insalubridade, sendo este só dado por algumas Câmaras, entre elas a CML. Na reforma administrativa, os funcionários que tinham passado para a Junta de Freguesia continuaram a receber subsídio e insalubridade. -----

O membro João Pinheiro (PCP) continuou afirmando que a questão da requalificação do parque infantil da Alameda e qual a diferença entre os montantes atribuídos entre o Agrupamento Filipa de Lencastre e a Escola Luís de Camões? -----

O Senhor Tesoureiro Ameetkumar Shubashandra respondeu salientando que o parque infantil da Alameda tinha sofrido uma requalificação total, como o piso, o teto para haver sombras, precisando de ser destruído e feito de novo. -----

No ponto seguinte da ordem de trabalhos desta Assembleia de Freguesia seria a ratificação do Protocolo de Componente de Apoio à Família (CAF's e AF's), em que os valores eram entregues da CML para a Junta de Freguesia que depois era entregue à Associação de Pais Filipa de Lencastre, não saindo o montante dos cofres da Junta de Freguesia. -----

O membro João Pinheiro (PCP) solicitou que fosse esclarecido sobre os montantes, se a CML atribuía os valores e teria determinações da forma como cada escola recebia os valores. -----

O Senhor Tesoureiro Ameetkumar Shubashandra esclareceu o membro do PCP, dizendo que a Junta de Freguesia só recebia os valores que eram posteriormente enviados para o Agrupamento de Escolas D. Filipa de Lencastre. -----



Assembleia de Freguesia do Areiro

A Vogal Patrícia Brito Leitão esclareceu que as AF's (Atividades de Animação de Apoio à Família) eram exclusivamente para os Jardins de Infância, sem do único da Freguesia no Agrupamento de Escolas Filipa de Lencastre, as CAF's (Componente de Apoio à Família) eram exclusivamente para as escolas básicas do 1.º ciclo, sendo a única a Escola São João de Deus do Agrupamento de Escolas Filipa de Lencastre, assim só existe transferência de verbas para AF's e CAF's para o Agrupamento de Escolas Filipa de Lencastre por serem atividades para escolas com faixas etárias que só existem naquele agrupamento, não existindo na Escola Luís de Camões por ser uma escola de 2.º e 3.º ciclo. Este era o motivo da CML delegar nas Juntas de Freguesia as atividades de AF's e CAF's nos Jardins de Infância e nas escolas de 1.º ciclo, que na Freguesia do Areiro, só existia nos Agrupamento de Escolas Filipa de Lencastre. -----

O membro Ofélia Janeiro (PS) aproveitou para mencionar algo que tinha sido referido várias vezes ao longo do mandato, em que o Executivo da Junta de Freguesia tinha muito dinheiro parado no banco e que em tempos de pandemia era completamente incompreensível, pelas necessidades serem muito maiores e que, em relação ao relatório anterior, em relação às funções sociais, apenas tinham sido doze por cento do valor total da execução orçamental, considerando ser uma opção política com a qual não se identifica. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia respondeu a Ofélia Janeiro pedindo que indicasse alguma ação que a Junta de Freguesia se tenha inibido de executar por uma questão de poupança de tesouraria, porque o facto de existir um *superavit*, não queria dizer que se gaste dinheiro de qualquer forma só para que se cumprisse a taxa de execução do que estava previsto no orçamento. Frisou que tinham cuidado e obrigação de gerir o património financeiro da Junta de forma cautelosa, sendo dinheiro dos contribuintes, não deixando de fazer qualquer ação de apoio a famílias ou de qualquer morador da freguesia com necessidades económicas que precisasse de ajuda, de medicamentos ou alimentação. Acrescentou que devido às condições da pandemia não tinham executado tudo o que estava previsto no orçamento, mas que tinham feito outras coisas que não estavam previstas, aumentando o banco alimentar, distribuíram refeições por pessoas que precisavam, entre outras. -----

O membro Ofélia Janeiro (PS) pediu a palavra por ter sido desafiada pelo Senhor Presidente, dizendo que existia um milhão de euros nas contas da Junta, mais de quatrocentos mil euros numa conta a ordem, com quinhentos mil euros numa conta a



Assembleia de Freguesia do Areiro

prazo. Mesmo com a prevalência do Covid-19 no último ano do Executivo da Junta em todos os documentos, tendo dado como exemplo que, na informação escrita do Presidente, o apoio comunitário ao Covid, através da entrega de cabazes entre dezembro e maio tinha entregue sete cabazes, querendo saber a que correspondia e que o fundo de emergência social tinha respondido a dez pedidos e que com um milhão de euros, poderiam ter chegado a mais pessoas se tivesse havido mais proatividade na divulgação das ajudas. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia respondeu que o membro seria esclarecido oportunamente, quando fosse debatida a informação escrita. -----

O membro Pedro Folgado (PSD) referiu que havia uma opção política, saudando a opção do Executivo por manter o saldo positivo das contas, não sendo economicamente racional gastar porque se tem para gastar, sendo o importante garantir que ninguém fica sem resposta. Que, quando se dizia que, apenas doze por cento do valor executado correspondia a assuntos sociais, tinha de se ter em consideração o valor global executado e saber a taxa de execução das prestações sociais, se tinham sido devidamente executadas. Sublinhou que mais importante do que gastar tudo o que se recebe, era garantir que o que era gasto era de forma racional, não ficando ninguém para trás por falta de apoios sociais, devendo este ser o aspeto de monitorização que o Executivo e a Assembleia deveria ter, acompanhando e verificando se alguém não tinha recebido apoios sociais suficientes por uma opção de poupança da Junta. -----

O membro Ofélia Janeiro (PS) respondeu ao membro do PSD, Pedro Folgado que entre dizer que não se deve gastar dinheiro só porque se tem numa situação de pandemia, era preciso ter noção que tendo um milhão de euros no banco na situação em que se vive e não investir no apoio social numa população extremamente fragilizada, não lhe parecendo moralmente aceitável. Acrescentou que não tinha referido que se devia usar dinheiro só porque se tinha, mas que se deveria usar nesta situação pandémica, na situação de catástrofe em que se vive. -----

O membro Pedro Folgado (PSD) pediu a palavra para responder que o que era preciso garantir era que ninguém era deixado para trás e que, neste caso particular, o nível de execução orçamental até seria secundário, sendo importante garantir que as pessoas que tinham necessidade tinham a devida resposta. -----

Não havendo mais intervenções a realizar neste tema, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos. -----



Assembleia de Freguesia do Areeiro

Ponto três

Autorização de ratificação do Protocolo de Componente de Apoio à Família - Ano Letivo 2020/2021 com o Agrupamento de Escolas D. Filipa de Lencastre e a respetiva Associação de Pais;

O Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia iniciou o terceiro ponto da Ordem de Trabalhos inquirindo o órgão executivo sobre a disponibilidade de apresentar o tema à Assembleia de Freguesia. -----

A Vogal Patrícia Brito Leitão mencionou que os montantes destes protocolos eram definidos pela CML para atividades de animação e apoio à família para os jardins-de-infância e as CAF das escolas básicas do primeiro ciclo. O valor é transferido por delegação de competências para as 24 freguesias do município de Lisboa. No caso da Freguesia do Areeiro a execução é efetuada em parceria com a Associação de Pais sendo utilizado em atividades antes e depois do período letivo, o valor não é alterado há cinco anos, sendo já necessário a Junta de Freguesia suportar parte do tempo, o que ainda foi agravado com o desfasamento de horários devido à pandemia, tendo a Junta assumido ainda um período maior de tempo no total de mais uma hora por dia, mantendo as crianças em segurança com atividades e evitando que os encarregados de educação sejam forçados a sair mais cedo dos seus trabalhos, neste sentido o protocolo com a CML apenas cobre parte do valor. -----

O Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia, Duarte Alcântara, submeteu o documento à votação sendo este aprovado por unanimidade. -----

Ponto quatro

Discussão e votação da abertura de Concurso Público para Concessão de Exploração de Quiosque, destinado a Estabelecimento de Bebidas com Área de Esplanada, e Campo de Padel, localizados na Praça Bernardo Santareno;

Após a abertura do ponto 4 da ordem de trabalhos pelo Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia este foi apresentado pelo **Vogal Rudolfo de Castro Pimenta**.

O Vogal começou para mencionar elencar todas as alterações que a implementação deste projeto oferecem ao local, nomeadamente a introdução de uma nova modalidade desportiva com a criação de um campo de padel, uma tabela de basquete e equipamento de ginástica urbana, além da requalificação do parque infantil e ainda a instalação de um quiosque, neste sentido a reabilitação da praça vai dotar a mesma de novas capacidades, com um quiosque que, fruto da zona onde está inserido,



Assembleia de Freguesia do Areiro

que atualmente não tem qualquer oferta neste ramo, transformando o local num elemento agregador da comunidade, com uma utilização geral, mas com um valor de 4 euros hora, que servem para manter o espaço. -----

O membro Jorge Oliveira (CDS) começou por mencionar a alínea d), n.º 1, cláusula 7 do caderno de encargos, onde é referido que é obrigação da entidade exploradora proceder à manutenção dos equipamentos e do espaço, questionando se em caso de vandalismo como grafitos que normalmente são removidos pela CML se responsabilidade é transmitida para o próprio ou se mantém a manutenção pública, na alínea h) é referido o acesso ao wc, mas não é perceptível se é exclusivo a utilizadores do espaço ou é de acesso geral, na alínea r) é informado que as reservas devem ser efetuadas por telefone, fica a dúvida de podem ser efetuadas presencialmente ou mesmo por um site da entidade exploradora, a obrigatoriedade das reservas serem efetuadas por telefone não é compreensível para o eleito da bancada do CDS, na cláusula 27, n.º 2, o documento está rasurado, no n.º 3 as áreas estão referidas como XX.XX m² ficando dúvida se é um lapso ou ainda estão por apurar. No número 9 são referidos materiais como XXXXX. No número 1 da cláusula 30 refere funcionaram em vez de funcionam ou devem funcionar, cláusula 30, n.º 1 é referido que não há possibilidade de encerramento para descanso de pessoal, dando a ideia que o quiosque tem de trabalhar 7 dias por semana. A localização do quiosque, na opinião pessoal do membro, é um local ensombrado próximo de uma fachada podem originar barulho para os moradores, devendo ser equacionada uma localização mais apropriada na zona norte do parque infantil, ou seja no canto oposto, uma zona mais solarenga onde o barulho não entrará tanto na praça evitando e ressoar dos ruídos havendo ainda a vantagem de quem está no local poder observar o resto do espaço por estar numa zona mais elevada. O eleito apresentou ainda dúvida sobre o valor por hora do campo de padel que poderia entrar em concorrência com outros campos desta modalidade, nomeadamente no Clube Olaias. ----

O Senhor Presidente de Junta esclareceu que os documentos enviados não eram a versão final, mas a área do quiosque seria de aproximadamente 15 m² (6x2,5) com a casa de banho preparada para pessoas com mobilidade reduzida e homens, com 1,60 de largura e 2,40 de comprimento, havendo uma exclusiva para senhoras e área da restauração terá cerca de 9 m², passando a palavra para o vogal Rudolfo Pimenta. -----



Assembleia de Freguesia do Areiro

O Vogal Rudolfo de Castro Pimenta confirmou que os grafitos continuariam, a ser uma responsabilidade da CML, mas este tipo de equipamentos é um garante, pelo menos durante o horário de funcionamento que estes problemas serão evitados. -----

As instalações sanitárias podem ser utilizadas pela população em geral. O descanso dos funcionários está em todos os contratos de concessão, para garantir a correta gestão do espaço, sendo uma contrapartida para a população da zona que não dispõem de qualquer oferta. A localização é a possível que mesmo assim obrigará a uma alteração no estacionamento. Sendo o terreno acima do parque infantil privado, a zona é bastante ventosa sendo por isso até vantajoso que o quiosque esteja protegido pelos prédios, o terreno junto ao parque infantil será requalificado para um espaço verde com novas árvores mais frondosas. As reservas podem ser efetuadas por outras formas, mas a telefónica terá de estar disponível. -----

O Senhor Presidente de Assembleia de Freguesia colocou o ponto a votação, tendo este sido aprovado por unanimidade. -----

Ponto cinco

Apreciação da informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia do Areiro sobre a atividade da Junta de Freguesia;

O Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia passou a palavra ao Senhor Presidente de Junta, para este proceder à apresentação do documento em análise. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia, Fernando Braamcamp, começou por mencionar algumas publicações na rede social *Facebook* que afirmam ser a CML a financiar todas as obras das Freguesias, referindo que a Câmara não tem uma máquina para produzir dinheiro, e que esse dinheiro é fruto dos impostos pagos pelos contribuintes, sendo canalizado pelo Governo, através de dotações, para as autarquias, cumprindo o princípio da subsidiariedade, contemplado na Constituição da República Portuguesa e nos Tratados Europeus, e na Lei 26/2013. Os valores são delegados, por competência própria ou por delegação de competência à autarquia mais próxima do cidadão, não sendo uma dívida da CML. -----

O membro Maria Luísa Aldim começou por falar no concurso aberto no início do ano de 2021 para a Creche da António José de Almeida que ficou deserto, e questionar quais as alterações efetuadas ao caderno de encargos e as razões que levaram ao atraso do processo, referindo que não é possível perder metade de um ano em processos administrativos para um assunto tão importante para a Freguesia. Indagou ainda qual a



Assembleia de Freguesia do Areiro

previsão para a elaboração dos parques infantis. Questionou ainda os motivos para não serem partilhados dados efetivos dos programas da Freguesia, nomeando o Programa Olá Bom Dia, pelo qual nutre grande admiração e acredita até que podia ser alargado, mas apenas tem informação sobre número de chamadas efetuadas, não informando o número de pessoas abrangidas pelo programa, um exemplo que se repete nos restantes programas arrolados no documento, havendo menções a aulas completas sem nunca mencionar o número de inscritos. Deste modo quem lê o documento não consegue saber dados concretos sobre os programas e atividades, sobre o número de pessoas inscritas e o número pessoas em fila de espera ou que simplesmente não conseguiram inscrever. --

A eleita saudou algumas iniciativas, como por exemplo os vales para o dia das crianças e para o Natal, sendo que a atividade do Natal consistia na oferta de bilhetes de circo, congratulando órgão executivo pela rápida adaptação, criatividade e pelo apoio ao comércio local e a promoção dos hábitos de consumo no comércio local e o conseqüente apoio direto e indireto. Finalizou a sua intervenção mencionando a ausência da rúbrica “Porta-a-Porta”, uma situação recorrente já reportada pelo grupo político do CDS, tendo na altura o Senhor Presidente de Junta informado que o serviço seria substituído por uma nova valência da Carris, questionando se esta alternativa já está em funcionamento. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia, Fernando Braamcamp, explicou todo o processo da Creche da António José de Almeida foi iniciado com base num caderno de encargos com muitos apontamentos da Santa Casa de Misericórdia de Lisboa, que é o parceiro previsto, tendo o arquiteto entendido que seria necessário dotar as instalações de diversos pormenores que não fazem parte do projeto de construção civil, como armários e cortinados, tendo este detalhes motivado imensas questões que têm prazos legais de resposta, que atrasaram todo o processo de um concurso que ficou vazio. Face ao ocorrido todas as rúbricas foram revistas, tendo sido removido todo o mobiliário que não podia ser incluído no processo de construção civil. Todo o processo foi refeito, desde o caderno de encargos ou mapa de orçamentos foi novamente colocado a concurso, tendo já recebido uma resposta. O ato de consignação pode avançar a 17 de julho. -----

O Senhor Presidente de Junta esclareceu ainda a situação dos parques infantis, mencionando 3 parques, o parque infantil da Alameda, do logradouro da Avenida de Madrid com um projeto concebido gratuitamente por uma arquiteta moradora no local e na Rua Sarmento Beires junto ao antigo Pássaro Azul. A empresa que ficou em segundo lugar no concurso reclamou uma situação, a qual foi alvo análise pelo júri. Ficou



Assembleia de Freguesia do Areiro

posteriormente tudo resolvido, estando o fim do concurso para breve, possivelmente a meio do mês de julho. O Programa “Olá Bom Dia” conta com 67 ou 68 inscritos, sendo impossível falar com todos as pessoas todos os dias. As aulas têm um limite de número de alunos, devido à necessidade de distanciamento motivada pela situação pandémica, as aulas estão completas, as de pintura com 8 alunos, as de arraiolos com 6 ou 7 pessoas devido ao espaço, sendo as aulas de pintura na Casa da Cultura e Juventude do Areiro, 4 dias por semana, 3 horas cada, com 4 turmas, para assim conseguir chegar ao maior número possível de pessoas. A carris parece ter desistido do projeto para as freguesias, tendo a Junta de Freguesia investido em material de proteção acrílico e retomado o serviço porta-a-porta. -----

O membro Ofélia Janeiro (PS) Passou a apresentar algumas correções ao documento: -----

Na página 3 é mencionada uma reunião, mas não é possível compreender qual é a reunião referida, tendo o Senhor Presidente de Junta elucidado prontamente a eleita, que a reunião serviu para coordenar a necessidade de apoio logístico. Na página 4, Ofélia Janeiro questionou se iria existir algum parque infantil no Bairro Portugal Novo, conforme proposto pela comissão e pela bancada do PCP. Na página 11 em vez de sumidouros está “semiduros”. Na página 15 colocou uma questão sobre o cabaz de apoio alimentar, gostava de ser esclarecida sobre os “7 cabazes”, se são 7 cabazes ou 7 famílias e a cadência de entrega destes cabazes, tendo o Senhor Presidente de Junta esclarecido de imediato que estes cabazes servem apenas para situações de emergência, e são usados como uma ajuda rápida a quem não tem nada para comer e não pode esperar e seguir qualquer procedimento, nomeadamente a inscrição no Banco Alimentar. Este cabaz consegue assim responder às necessidades alimentares das pessoas durante 4 ou 5 dias, sendo que as quantidades dependem do número de pessoas do agregado. -----

Tendo a **eleita** questionado qual o procedimento necessário para os agregados chegarem até à situação em questão e qual o acompanhamento do resto do processo, sendo impossível acreditar que os processos se resolvam apenas com um cabaz. -----

Fernando Braamcamp explicou que esta necessidade era verificada pelas assistentes sociais e as mesmas tinham autonomia para atribuir o cabaz e encaminhar as pessoas, havendo casos em que é necessário entregar um segundo cabaz de emergência, até ao Banco Alimentar acompanhar o agregado. -----



Assembleia de Freguesia do Areeiro

Ofélia Janeiro considerou lamentável que uma Junta de Freguesia com um milhão de euros no banco não acompanhe as pessoas e encaminhe as mesmas para o Banco Alimentar. Considera ainda que dez requerimentos para o FES, durante a situação pandémica que todos vivemos, é um número bastante reduzido e questionou como chegaram estes requerimentos e como o programa foi divulgado, visto que não é pesquisável no site da junta de freguesia. Para Ofélia Janeiro é lamentável que a Comissão Social de Freguesia não se encontre em funcionamento, há mais de um ano e meio, principalmente no momento que vivemos onde é possível reunir online, sendo que durante este mandato só reuniu uma ou duas vezes. Recordou que o Portugal Novo é o problema da Junta de Freguesia do Areeiro e esta importância não é plasmada no documento onde é verificada mais expressão no pelouro Ambiente e Bem-estar animal, a qual a eleita, de resto, saúda e considera importante, mas em comparação com o Portugal Novo é evidente que será necessário dar mais força e relevância ao Bairro Portugal Novo. Sendo ainda mais grave quando a 13 de março houve um Despacho do Conselho de Ministros que é um pontapé de saída importantíssimo para a resolução deste problema, o que torna ainda mais inaceitável que o Portugal Novo não tenha mais relevância e a importância nesta Informação Escrita que ora se debate. Sobre o Bairro Portugal Novo apenas é mencionada uma parceria com o Clube de Rugby do Técnico, a possibilidade de construção da capela de Nossa Senhora da Graça e uma referência ao Campo de Jogos que está para ser feito há imenso tempo. -----

A Vogal Patrícia Brito Leitão começou por referir que os cabazes de emergência alimentar, é realmente complementada pelo Banco Alimentar que é outra resposta da Junta de Freguesia do Areeiro em parceria com a Igreja São João de Deus com bens alimentares adquiridos mensalmente pela Junta de Freguesia do Areeiro, ou seja o acompanhamento continua a ser efetuado pelas assistentes sociais da Junta de Freguesia do Areeiro, com respostas suportadas pela Junta de Freguesia do Areeiro, passando contar com uma resposta de carácter regular e não com a resposta de emergência. A vogal afirmou ainda a verba mencionada pelo líder de Bancada do Partido Socialista não era real, a Freguesia do Areeiro não tem um milhão de euros disponíveis, estando as verbas devidamente cabimentadas. Sendo ainda possível afirmar que quem pediu apoio à Junta de Freguesia recebeu sempre uma resposta, mencionando o apoio em despesas de farmácia, rendas, pagamento de água e eletricidade. Durante a pandemia além dos cinco programas de apoio alimentar em simultâneo, o FES para apoio no pagamento de



Assembleia de Freguesia do Areeiro

despesas mensais como rendas e consumíveis, água e luz, consultas de medicina gratuita, psicólogo gratuito, enfermagem gratuita, oferta de computadores para crianças referenciadas pelas escolas, chegando a todas as pessoas que chegaram à Junta de Freguesia. -----

Há 6 ou 7 anos a Junta de Freguesia do Areeiro projetou construção de um parque infantil no Bairro Portugal Novo, o qual não foi concretizado, mas mais tarde as crianças do bairro, apoiadas pela Associação de Moradores, apresentaram um Projeto de Inovação Comunitária da Fundação Aga Khan, para a construção de um campo de jogos na área onde estava previsto o parque infantil, os projetos PIC estavam limitados a 2.000 euros e o campo terá o custo de aproximadamente 27.000 euros, tendo a Junta de Freguesia assumido o investimento e desenvolvido todos os procedimentos necessários para a construção do campo que já se encontra adjudicado, a associação de moradores está informada de todos os tramites e a obra tem o início previsto para breve, numa obra que deverá demorar 15 dias. Além do altar da Nossa Senhora, outra candidatura ao projeto PIC da Fundação Aga Khan que a Junta de Freguesia assumiu. -----

A vogal explicou ainda que todas as entidades membros da Comissão Social de Freguesia já reuniam antes da existência da comissão, e continuaram a reunir de forma regular, a constituição formal da Comissão Social de Freguesia foi efetuada, mas os plenários seriam insuficientes e pouco dinâmicos, havendo reuniões semanais entre os membros. -----

A vogal recordou que o Centro de Desenvolvimento Comunitário do Areeiro, no Bairro Portugal Novo, foi criado há 7 anos e contava com o apoio da CML, mas o vereador Manuel Grilo terminou a parceria e o Centro passou a ser um projeto suportado na totalidade pela Junta de Freguesia Areeiro com respostas para os moradores de todas as idades. **Relatou também** que o novo campo de futebol e basquete, com todas as marcações e equipamento necessário para a prática destas modalidades seria aberto à população e gerido com a Associação de Moradores. -----

O membro Filipe Guedes Ramos (PS) considerou oportuno fazer um balanço das medidas prometidas pelo Partido que governa a Freguesia do Areeiro, mas infelizmente, embora a lista seja parca seria impossível elencar todas as medidas não cumpridas, passando a mencionar o programa de 2017, assinado pelo atual Presidente de Junta, na altura candidato, Fernando Braamcamp, referindo o título - Uma Freguesia onde vivem avós, filhos e netos – onde um dos pontos prometia a promoção da criação de creches e



Assembleia de Freguesia do Areeiro

jardins-de-infância, que devido aos sucessivos atrasos da creche em projeto, não só não foram criados mais equipamentos, como a que deveria estar em funcionamento não está, alegando que à semelhança do filme dos irmãos Coen – Este País não é para Velhos”, a Freguesia do Areeiro não é para novos. Filipe Guedes Ramos inquiriu ainda quantas bolsas de estacionamento tinham sido criadas para os moradores da Freguesia do Areeiro, durante o mandato e ainda o efeito prático da medida. O programa eleitoral promete ainda o desenvolvimento da aplicação Areeiro Mais, com mais proximidade e descontos. A aplicação foi lançada, teve custos efetivos para os contribuintes, não existindo qualquer resultado prático da aplicação, a qual já foi removida das lojas de aplicações onde podia ser descarregada e instalada. O programa eleitoral prometia ainda uma requalificação continuada do espaço público, mas os lagos das Praças Afrânio Peixoto e João do Rio que foram requalificados em 2014, sendo agora necessário voltar a intervir nos mesmos, estando estes vazios há algum tempo o que pode evidenciar uma má requalificação dos mesmos podendo estas reparações, ao abrigo do Código dos Contratos Públicos, ser efetuada através da garantia da obra de 2014, ou se este executivo pretende investir mais orçamento nestes lagos, sem contactar os empreiteiro anterior. O documento cita ainda a requalificação dos Parques Infantis, tendo, como o Senhor Tesoureiro referiu, a Junta de Freguesia rececionado o valor para o Parque Infantil da Alameda, que mais parece uma obra de Santa Engrácia, sendo a intenção da obra mencionada anualmente, estando o equipamento num estado de degradação cada vez mais avançado, numa das principais artérias de Freguesia e da Cidade de Lisboa. O programa afirma ainda que a Freguesia do Areeiro está ao lado da população quando esta mais precisa, tendo sido desenvolvido o portal “o que posso oferecer” que apenas replica anúncios do Instituto de Emprego e Formação Profissional, uma simples cópia. É ainda mencionada a criação de um táxi social, da mercearia e da loja social, medidas que nunca foram concretizadas. O membro concluiu que estes quatro anos trazem mais do mesmo, pouquinho e alguma incompetência em cumprir as poucas propostas de uma mera folha A4. -----

O Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia começou por relatar que a presente informação escrita não seria a última, estando programada mais uma Assembleia de Freguesia Ordinária, que entre outros pontos serviria para analisar o trabalho das Comissões Permanentes. -----



Assembleia de Freguesia do Areiro

O Senhor Presidente de Junta iniciou a sua intervenção agradecendo o privilégio de poder responder às diversas questões do eleito Filipe Guedes Ramos, que trouxe à liça o programa inicial para o mandato 2017-2021, o qual não foi integralmente concretizado, por vezes por imposições do executivo camarário do Partido Socialista, ao qual o membro Filipe Guedes Ramos pertence. A processo da creche foi iniciado em 2014 com o Presidente de Câmara, António Costa, tendo o Presidente Fernando Medina, após saída de António Costa, anuído à continuidade do processo, um assunto falado nas reuniões públicas descentralizadas tanto na Freguesia de Alvalade como no Liceu Filipa de Lencastre, onde foi afirmado publicamente pelo presidente de câmara em exercício, Fernando Medina a intenção de concretizar a obra, passando o pacote financeiro necessário para a execução da obra. Tendo o Vereador com o pelouro Educação, Manuel Grilo, solicitado o já prometido edifício do arquivo municipal, ficando este imóvel destinado a um jardim-de-infância alterando o projeto da creche para o edifício da António José de Almeida. Até ao momento a CML ainda não deu início à obra do jardim-de-infância. Fernando Braamcamp recordou que em 2017 não existiam ciclovias a retirar locais de estacionamento, mas a implementação das ciclovias originou uma diminuição brutal do estacionamento, com decisões leoninas do executivo camarário, nomeadamente do vereador Miguel Gaspar que se mostrou insensível aos pedidos e sugestões do Presidente de Junta. -----

Sobre os lagos o Senhor Presidente esclareceu que a garantia era de 5 anos, estando já ultrapassada aquando dos danos causados por atos de vandalismo, que não podem ser considerados como válidos para a execução de garantias, por exemplo os danos causados pelo arremesso da garrafas de vidros para o interior dos lagos que além do trauma causado pelo impacto originam golpes nas telas e consequentes ruturas. O Senhor Presidente recordou que o intervalo de tempo de 7 anos (2014/2021) é suficiente, mesmo em piscinas, para obrigar à recuperação do lago. O parque infantil da Alameda, aquando da passagem administrativa, tinha projetado um pavimento em cortiça, um projeto pioneiro para a cidade de Lisboa, havendo apenas um fornecedor para este tipo de material que além de ter valores muito elevados não efetuava a aplicação da cortiça, sendo por isso necessário contratar um empreiteiro o que ainda aumentava o orçamento, sendo por isso necessário recuperar o assunto junto da CML e solicitar que o parque fosse efetuado num piso diferente, como por exemplo o areão que atualmente é utilizado. A



Assembleia de Freguesia do Areeiro

situação foi ultrapassada estando a consignação da obra prevista para muito breve. A necessidade do táxi social foi satisfeita pelo serviço Porta-a-Porta. -----

O vogal Rudolfo de Castro Pimenta pediu a palavra para comentar a intervenção do membro Filipe Guedes Ramos, recordando que a aplicação a que se referiu tinha sido lançada pelo executivo anterior, embora tenha sido mencionada no programa do atual executivo, uma aplicação com um custo controlado com resultados práticos que em breve será substituída por uma nova aplicação igualmente com um custo bastante reduzido, além da aplicação *proximity*, pensada para servir a população e apoiar o comércio local do Areeiro, numa altura bastante complicada para os negócios desta natureza, a qual não consta no programa sufragado pelos eleitores, mas foi disponibilizada. O vogal alegou ainda que os programas não são realidades estanques e devem se evoluir e adaptar às realidades. Considerou ainda injusta a explicação do membro sobre a plataforma de emprego da Junta de Freguesia do Areeiro, que não é uma simples cópia da informação do IEF, qual atualmente se encontra interligada com o núcleo do GIP de forma a modernizar a mesma e a compatibilizar com o novo *site* institucional, contando agora com novas ferramentas possibilitando a introdução de anúncios de oferta e procura de emprego, por parte das empresas e potenciais trabalhadores que podem assim ter uma participação ativa em todo o processo. -----

Agradeceu ainda à vogal Ofélia Janeiro a atenção com o pelouro ambiente e bem-estar animal, lembrando que nas 45 páginas deste documento apenas três páginas e meia eram investidas para mencionar a ação deste pelouro, o qual tem sempre como ponto central as pessoas e todas as componentes das suas vidas, sendo sempre importante defender as causas de forma consistente. O vogal referiu ainda que o Bairro Portugal Novo está presente em toda a informação escrita, em todos os núcleos, não só no Centro de Desenvolvimento Comunitário do Areeiro, mas também nas restantes valências como por exemplo a higiene urbana, o bem-estar animal, o desporto e o associativismo, está por isso plasmada em todos os âmbitos e ação da Junta de Freguesia. -----

A vogal Patrícia Brito Leitão referiu ainda, respondendo ao eleito Filipe Guedes Ramos, que os projetos da mercearia e a loja social não foram concretizados porque durante todo o mandato foi impossível assumir instalações físicas, as quais eram essenciais e nunca foram disponibilizadas pela CML a qual teria esta incumbência, aproveitando para solicitar a intervenção do eleito do Partido Socialista caso o mesmo conseguisse interceder junta do executivo camarário. -----



Assembleia de Freguesia do Areeiro

O membro Filipe Guedes Ramos (PS), fazendo uso do direito de resposta, o qual foi autorizado pelo Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia, Duarte Alcântara, referindo que no programa apresentado em 2017 era mencionado o Porta-a-porta e o táxi social, sendo assim duas necessidades distintas, tendo o Presidente Fernando Braamcamp respondido diretamente ao eleito que das duas propostas tinha feito uma, ao contrário do Partido de Filipe Guedes Ramos que tinha prometido uma nova oferta de transportes entre as Freguesias, não tendo efetuado nada. -----

O membro Pedro Folgado (PSD) referiu que esta reunião da Assembleia estaria com uma dinâmica própria do clima de pré campanha, mas que seria manifestamente exagerado considerar a ação da deste executivo como incompetente, principalmente tendo a Assembleia o conhecimento do desempenho desta equipa em todos os relatórios de atividade, e o elencar de todas ações desenvolvidas, não só nos documentos, como nas explicações do órgão executivo foram mais que suficientes para saciar qualquer dúvida da prioridade que foi entregue às ações sociais, especificamente neste período pandémico, mas também em todo o mandato do executivo. Pedro Folgado referiu ainda o Bairro Portugal Novo é um problema da cidade de Lisboa, que poderia ser avançado para uma solução se o executivo camarário tivesse a mesma dedicação e esforço que o executivo da Freguesia do Areeiro demonstrou durante este mandato, sendo prova disso o tempo de resposta do executivo municipal nos assuntos relacionados com o Bairro Portugal Novo. -----

Pedro Folgado fez ainda uma questão sobre o Projeto Radar e a sua avaliação do impacto do mesmo. Considerou também natural que algumas atividades da Capital Europeia do Desporto fossem canceladas por força das circunstâncias e se alguma tinha impacto na freguesia? -----

A vogal Patrícia Brito Leitão recordou que o Areeiro é uma Freguesia piloto do Projeto Radar, estando por isso bastante avançado e implementado aquando do início da pandemia covid-19, sendo muito útil e o levantamento disponível das pessoas, permitiu uma articulação bastante eficiente entre a equipa do projeto radar e a equipa da Junta de Freguesia, que possibilitou uma sinalização rápida de todos os casos, nas mais diferentes situações, não existindo um relatório de impacto, mas a projeto evolui permitindo que a Junta de Freguesia fosse adicionando dados na plataforma promovendo a partilha e atualização de dados maximizando os resultados, evitando contacto duplicados e a desatualização da base de dados. -----



Assembleia de Freguesia do Areeiro

O vogal Rodolfo de Castro Pimenta começou por recusar a ideia que tudo o que corre bem é resultado do trabalho do executivo municipal ou que atribui a verba através de um CDC, mas caso corra menos bem a responsabilidade é atribuída à Junta de Freguesia. Existindo vários casos onde a Junta de Freguesia consegue mitigar os problemas das lacunas, falhas ou desnorte da Câmara Municipal de Lisboa. Tendo algumas situações sido referidas no decorrer da reunião, como a situação da Creche, do Parque Infantil da Alameda, ou mesmo da ausência de estacionamento motivada pela propagação de ciclovias nas principais artérias da Freguesia, situação que subtraiu imensos lugares de estacionamento, tendo o Senhor Presidente de Junta conseguido, como muito esforço, diminuído o mais possível o surgimento de ciclovias. Referindo ainda que a Junta de Freguesia presta ainda apoio administrativo e logístico no centro de vacinação do Areeiro, além do apoio no transporte, nos contactos e esclarecimento da população, mas o resultado é considerado com um sucesso do estado central e dos serviços do município. Existindo assim uma falta evidente de coerência. -----

Para a Junta de Freguesia do Areeiro, o bom relacionamento com a CML é imperativo para concretizar o objetivo central que é o benefício das pessoas representadas pelo executivo e pela Assembleia de Freguesia, o que por vezes é bastante complicado, principalmente quando há alterações no executivo camarário, seguidas por inovações inesperadas na programação e projetos já a decorrer, criando atrasos e entropias. A ideia de Lisboa Capital Europeia do Desporto era extraordinária, ninguém podia prever a crise pandémica, mas o algumas das verbas alocadas ao projeto em 2017, nomeadamente para investimento em equipamentos desportivos nunca foram postas em prática. Tendo a CML cancelado alguns projetos em curso os quais poderiam ter sido efetuados segundo as normas e indicações da DGS. -----

O membro Ofélia Janeiro (PS) referiu que não referiu nenhum excesso de informação, mas sim informação em falta na informação escrita, mais concretamente sobre o Bairro Portugal Novo, recordando que não seria o trabalho dos eleitos da Assembleia de Freguesia escrutinar o trabalho da Câmara Municipal, mas sim da Junta de Freguesia. Criticando a falta de informação que é prestada à Assembleia de Freguesia, existindo um dever de informação do órgão executivo à Assembleia de Freguesia sobre as ações desenvolvidas no Bairro Portugal Novo, mesmo que fosse impossível prestar a informação na informação escrita, seria sempre possível fazer um documento à parte.



Assembleia de Freguesia do Areiro

Ficando por responder questões apresentadas ao órgão executivo sobre o Fundo de Emergência Social. -----

A vogal Patrícia Brito Leitão explicou que os apoios prestados pelo Fundo de Emergência Social eram atribuídos a pessoas referenciadas pelo núcleo Ação Social, no decorrer do acompanhamento e enquadramento de cada caso, não sendo por isso publicitados. A atribuição de verbas do Fundo de Emergência Social e do Fundo de Emergência Social Especial Covid, resulta assim de um conjunto de critérios e não é possível que as pessoas se inscrevam de forma proactiva. O mesmo acontece com os apoios alimentares, por exemplo uma pessoa que habita num quarto alugado não recebe apoio do banco alimentar, com produtos para confeccionar as refeições, mas sim refeições feitas. -----

O Senhor Presidente de Junta esclareceu que tinha sido convocado para uma reunião sobre o Bairro Portugal Novo com a Vereadora Paula Marques, com o Presidente e técnicos da CML, no dia 31 de maio, ficando programada outra reunião, mas que a mesma ainda não se tinha realizado. -----

O membro Luis Moreira (Independente) informou o Senhor Presidente de Junta da possibilidade da Comissão Permanente da Assembleia de Freguesia sobre o Bairro Portugal Novo tentar ajudar nos contactos com a senhora vereadora Paula Marques. -----

Não havendo mais intervenções a realizar neste tema, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos. -----

Ponto 6

Eleição por voto secreto em urna fechada da(o) Vogal do Executivo da Junta de Freguesia, a ocorrer no dia seguinte, 25 de junho de 2021, entre as 10h00 e as 17h00, na Sede da Junta de Freguesia do Areiro sita no número 9 da Rua João Villaret.

O Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia do Areiro, Duarte Alcântara, deu início ao ponto seis da Ordem de Trabalhos, afirmando ter recebido formalmente o pedido de demissão do membro do executivo, secretário, Eurico Pereira da Conceição. -----

Esclareceu os presentes da decisão de, apesar da pandemia, proporcionar a esta Assembleia a possibilidade de proceder à eleição que cumpre agora efetuar para o preenchimento da vaga entretanto encontrada, a maior solenidade e sobretudo o rigor



Assembleia de Freguesia do Areiro

exigível, tendo para o efeito definido, em articulação com o Sr. Presidente da Junta, que devido ao facto da presente Reunião se realizar por meios telemáticos, à distância, esta Sessão deveria ser neste momento suspensa, terminando a presente reunião para que no menor prazo possível, nomeadamente, no dia seguinte, se abrissem os Trabalhos, desta feita presencialmente, em período alargado de horário para não provocar ajuntamentos de pessoas, para uma nova reunião eleitoral, da mesma Sessão. -----

Passou de seguida a palavra ao Senhor Presidente de Junta, para intervir sobre este ponto. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Areiro, Fernando Braamcamp, propôs a membro desta Assembleia, Isabel Simas, para o cargo de vogal deste Executivo. -----

Duarte Alcântara explicou que sendo outra Reunião da mesma Sessão seria possível que o colégio eleitoral não fosse idêntico à lista de presenças da reunião, sendo assim natural que as eventuais faltas entre elementos efetivos pudessem ser, como habitualmente, colmatadas com presenças de elementos suplentes dos grupos políticos, desde que precedidos pelos respetivos pedidos de substituição. -----

O membro Pedro Folgado pediu a palavra para expressar, em nome da bancada do PSD a consideração e reconhecimento pelo vogal demissionário, Dr. Eurico da Conceição, ao longo dos anos que trabalhou para a Freguesia do Areiro, informado que não poderia participar fisicamente na votação, sendo assim substituído por outro elemento da lista do PPD/PSD. -----

Antes de finalizar a reunião, o Presidente da Assembleia de Freguesia solicitou à Assembleia incumbência de assinar a ata minuta da assembleia, pedido que foi aprovado por unanimidade, informando a Assembleia que a pretendia convocar mais uma Sessão Ordinária, de acordo com o calendário legalmente estabelecido, onde a Ordem dos Trabalhos contemplará a apresentação de relatórios e encerramento dos trabalhos das Comissões Permanentes, além dos pontos que o executivo pretenda propor. -----

Pelas vinte e três horas e cinquenta e seis minutos, agradecendo a presença e o contributo de todos para o bom decorrer dos trabalhos, o Senhor Presidente deu por encerrada esta reunião suspendendo assim a Sessão e encerrando a presente Reunião

Anexar Acta da Reunião Eleitoral de 25 de Junho da mesma Sessão Ordinária que se iniciou no dia anterior, 24 de junho